

Sem Manifestos Eleitorais Disponíveis, iniciou, em todo o país, a Campanha para as Eleições Gerais de 2019

Vinte e cinco anos depois da realização das eleições fundadoras da democracia em Moçambique, a campanha eleitoral para as eleições gerais iniciou sem que os principais partidos políticos tivessem disponibilizado os manifestos eleitorais para o escrutínio público.

No passado, havia duas notas dominantes: manifestos eleitorais que eram um “copy & paste” de manifestos de outros partidos, incluindo manifestos descarregados da Internet; manifestos com erros ortográficos, cuja única cópia disponível estava encardida de tanto tempo que ficava no sobaco do líder político, quando andava de seminário em seminário a divulgar. Mas havia manifestos eleitorais dos partidos políticos, incluindo dos candidatos presidenciais.

Alguns candidatos chamavam a isso: “o meu compromisso!” Sempre havia uma declaração de intenções dos líderes políticos para cumprir, em caso de eleição. O debate, na altura, era em torno da exequibilidade dos manifestos eleitorais. A maior parte dos comentadores próximos do partido Frelimo, dizia, embora sem mérito, que os manifestos dos partidos e dos candidatos da oposição eram uma lista de compras, sem explicação de como iriam concretizar tais ideias e intenções alistadas.

Esses comentários eram possíveis porque eles tinham acesso a um conjunto de folhas contendo um conjunto de intenções a que os partidos designavam de manifestos eleitorais. Naquele tempo, com raras exceções, os líderes dos partidos nem tinham ensino superior completo, agora,

que os actuais líderes dos partidos políticos são formados mudaram as coisas: já não produzem manifestos eleitorais. Vão à corrida eleitoral sem apresentar nenhuma declaração pública de suas intenções.

Nas eleições municipais, o bastante íntegro e capaz, presidente Eneas Comiche foi buscar a ideia do “bairro a bairro” da internet. Ficou notório. Talvez desta vez tenham se retraído pela crítica feita ao Presidente Comiche. O facto é que a campanha eleitoral iniciou sem os manifestos eleitorais.

Entre 2002 e 2005, debateu-se a necessidade de haver uma entidade que fiscalizasse a actividade dos partidos políticos, que recebessem dinheiro público, talvez seja tempo de se retomar a esta discussão, incluindo a obrigação de apresentação dos manifestos eleitorais. Pois, um partido sem manifesto eleitoral conhecido pelo público não deveria receber dinheiro público para a sua campanha eleitoral.

Esta, é uma realidade surpreendente, pois nos dias 23 e 24 de Agosto, o CDD realizou, em parceria com o International Republican Institute (IRI) uma formação aos membros partidos políticos, com assento parlamentar, designadamente Frelimo, RENAMO e MDM precisamente sobre campanhas eleitorais baseadas em manifestos eleitorais.



Os três partidos políticos foram representados por quadros seniores e com alto nível de escolaridade. O foco da formação foi, entre outros, na necessidade de os partidos engajarem os eleitores usando os manifestos

eleitorais e não recorrendo a truques políticos e ninharias manipuladoras tais como sacos de arroz; camisetas; distribuição de dinheiro; bebidas; etc.

Sem os históricos, quatro candidatos disputam a eleição presidencial

Trata-se de Filipe Jacinto Nyusi, o actual Presidente da República, sufragado em 2014, que se candidata à sua própria sucessão; Daviz Simango, Presidente do MDM e actual edil da autarquia da Cidade da Beira, que concorre pela terceira vez consecutiva; Ossufo Momade, Presidente da RENAMO que concorre à presidência da República pela primeira vez; e, finalmente, Mário Albino, candidato do partido AMUSI, que também concorre à Presidência da República pela primeira. Estas foram, de um total de 7 concorrentes, as únicas candidaturas aceites pelo Conselho Constitucional no seu Acórdão nº 7/CC/2019, de 31 de Julho.

Estas eleições têm o condão de aprofundamento da transição democrática: são as primeiras que se realizam sem candidaturas de históricos, medida – a historicidade – pela participação na criação dos movimentos militares que deram origem aos dois principais partidos políticos, nomeadamente a Frelimo e a RENAMO.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRE-LIMO) lutou pela independência que deu origem à República de Moçambique. Hoje, Frelimo (nome próprio e não sigla), como partido político, é histórico por essa luta. Os dois candidatos que disputaram as primeiras 4 eleições, nomeadamente Joaquim Chissano (1994; 1999) e Armando Guebuza (2004; 2009) são históricos por terem lutado pela independência que deu origem ao Estado moçambicano.

Deslegitimada por uma parte da sociedade – a ligada ao status quo – a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) é histórica por ter lutado pela criação da segunda república, em Moçambique. O tipo moçambicano de democratização – de cima para baixo – foi em resposta à guerra civil – desencadeada pela RENAMO – que terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, em Roma.

O AGP foi, na verdade, um acordo de aceitação mútua: com a RENAMO a aceitar a Frelimo

como legítimo Governo do Estado moçambicano e as suas instituições e a Frelimo a aceitar a RENAMO como co-autor do processo político moçambicano. Neste sentido, Afonso Dhlakama foi histórico do processo político moçambicano.

Nyusi é Presidente da República e Presidente da Frelimo. Tem fortes ligações com o processo de luta libertação de nacional, mas, não é histórico da Frelimo, apesar do ter adquirido estatuto de antigo combatente.

Ossufo Momad é Presidente da RENAMO. Combateu ao lado de Afonso Dhlakama. Tem credenciais para legitimar a sua emergência como Presidente do partido RENAMO, mas, não é histórico do processo político moçambicano. Assinou um importante acordo: o III Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, a 6

de Agosto. A sua liderança do partido está intrinsecamente ligada ao sucesso deste acordo.

Filho de Urias Simango, histórico da luta de libertação nacional, Daviz Simango lidera o MDM. O enquadramento deste partido no legado da luta de libertação nacional, faz do MDM um partido histórico, mas, apesar de ter feito coisas impressionantes na cidade da Beira, na dimensão material e simbólico-identitária, Daviz Simango não é histórico do processo político moçambicano.

Parece uma narrativa negativo, mas é positivo que as sextas eleições gerais sejam disputadas por não históricos. São todos candidatos contextualmente jovens. Todos têm formação superior. Isto deve significar, necessariamente, um passo em frente no aprofundamento da democracia do sistema político moçambicano.



Vinte e seis concorrentes disputam as eleições legislativas

São no total 24 partidos e 2 coligações de partidos políticos que irão disputar a eleição para a Assembleia da República. Destes 26 concorrentes, apenas 5 concorrem para os 13 círculos eleitorais, nomeadamente, os 11 nacionais e os 2 da diáspora. Trata-se do partido Frelimo, RENA-

MO, MDM, PARENA e do PVM. Dos restantes, 3 concorrem em 12 círculos eleitorais; 6 em 11 círculos; 2 concorrem a 10 círculos; 2 em 9 círculos; 3 em 8 círculos; 1 em 7 círculos; 3 em 6; e, finalmente, 1 em 2 círculos eleitorais, conforme ilustra o quadro abaixo.

As Eleições Gerais de 2019 serão as mais observadas da história democrática de Moçambique

Desde 1994 que a sociedade civil tem se mobilizado para a fundamental observação eleitoral. Próprio dum processo eleitoral que, para além de eleger dirigentes, tinha que absorver e dar um sentido institucional a um conflito que não só terminou sem a adequada reconciliação nacional, mas também, nasceu de uma transição não inclusiva, ou seja, uma transição sem participação de todas as forças beligerantes, mormente a RENAMO.

A desconfiança foi sempre a nota dominante do processo democrático moçambicano. A desconfiança é, na verdade, característica de todas as democracias que nasceram de democratizações que ocorreram de cima para baixo, isto é, se realizam sem o desmantelamento das regras e dos instrumentos de governação do antigo regime, tal como aconteceu no processo moçambicano, em que teve na Constituição de 1990 a possibilidade de democratização sem mudança de regime anterior, uma espécie de preparação de "omelete sem quebrar os ovos".

Neste contexto, a observação eleitoral independente e credível é um imperativo democrático. A legislação eleitoral permitiu uma maior participação dos partidos políticos, com assento parlamentar, nos órgãos eleitorais. Este modelo foi útil não necessariamente para a prevenção da fraude eleitoral que é característica do processo eleitoral moçambicano, mas para que a RENAMO concordasse, no passado, em fazer parte do processo eleitoral. Serviu a esse propósito, mas já não serve mais, esgotou. É um modelo que cria mais tensão do que resolve. Pelo que se impõe uma reinvenção do modelo de governação eleitoral logo que terminar o processo eleitoral 2019.

Mas enquanto isso ainda não acontece, se impõe uma massiva participação da sociedade civil na observação eleitoral. As iniciativas são

tantas. O que é bom para a democracia. Depois duma observação bem-sucedida do recenseamento eleitoral, a sociedade civil prepara-se, agora, para a observação da campanha eleitoral e da votação.

O CDD que até Junho de 2019 designava-se ADS, tem uma das mais robustas iniciativas da sociedade civil, dividida em três etapas: recenseamento eleitoral (já observado); campanha eleitoral e votação. Para a fase de campanha eleitoral, a rede do CDD integra 650 observadores organizados em duas iniciativas:

A primeira é de 400 observadores mobilizados pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) da Igreja Católica, parceiro do CDD. As formações de dois dias realizadas nas províncias de Maputo-cidade, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado. Na presença dos órgãos de gestão eleitoral, nomeadamente as Comissões Provinciais de Eleições (CPEs) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE),

A nível provincial, as formações incidiram sobre os princípios e as metodologias de observação eleitoral; análise e interpretação da legislação eleitoral e tecnologias de captação e transmissão de dados, o POPOLA.

O programa de observação eleitoral, implementado pelo CDD em parceria com a Igreja Católica, tem apoio técnico do Instituto Eleitoral para Democracia Sustentável (EISA), e financiamento da Embaixada da Noruega e do Governo Britânico.

A segunda iniciativa da rede do CDD conta com 250 observadores, recrutados pelos parceiros da plataforma de prevenção, monitoria, resposta e mitigação de violência e conflitos eleitorais, designada Monitor, lançada esta semana. Além do CDD que lidera o secretariado, integra outras organizações da sociedade ci-

vil, nomeadamente o Comité Ecuménico para Desenvolvimento Social (CEDES), o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), a Associação Nacional para Desenvolvimento Auto-Sustentado (ANANDA) e Pressão Nacional dos Direitos Humanos (PNDH).

Os 250 observadores da plataforma Monitor vão colectar dados, através duma plataforma tecnológica (ELMO) inserida em telemóveis distribuídos pelos observadores. A informação gerada é encaminhada aos Comités de Resposta e Reconciliação Locais (CRRL) que operam nas regiões norte, centro e sul. E, dependendo da magnitude dos assuntos é encaminhada para o Comité Nacional de Resposta e Reconciliação (CNRR), baseado em Maputo, com representantes de todas as províncias do país.

Estes comités irão trabalhar na prevenção, monitoria, resposta e mitigação à conflitos e violência eleitoral, funcionando como agentes da paz a níveis distrital, provincial e nacional. A plataforma Monitor enquadra-se no programa Civic Partnership for Good Governance (PCBG) que visa facilitar um processo eleitoral credível, participativo e pacífico, prevenir, mitigar a violência e a intimidação eleitorais durante as Eleições Gerais e para as Assembleias Provinciais de 2019. O Programa PCBG é financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) através da Counterpart Internacional.

Para a fase de votação e PVT (contagem paralela), a rede do CDD e CEJP da Igreja Católica vai mobilizar perto de 3000 observadores ao nível nacional. No esforço conjunto com outras organizações da sociedade civil, JOINT, Solidariedade, CIP, CESC, Sala da Paz; Sociedade Aberta, haverá perto de 8000 observadores na fase de votação, fazendo com que esta seja a mais observada eleição de todos os tempos, em Moçambique.

INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editora: Selma Inocência
Equipa Técnica: Prof. Adriano Nuvunga, Selma Inocência, Narciso Cossa, Deborah Capela; Denise Cruz
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD Centro para Democracia e Desenvolvimento

Twitter: CDD_eleicoes | E-mail: info@cddmoz.org | Website: www.cddmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



COUNTERPART INTERNATIONAL

